



COMISSÃO EPISCOPAL DE JUSTIÇA E PAZ - MOÇAMBIQUE

Rua da Resistência, 1175 | Caixa Postal 656 | 06100 Maputo

Telefone: 00258 21419933/4 | Fax: 00258 21419578

E-mail: secretariado.cejp@jupax.org

Em prol da paz, da justiça social e económica no quinquénio 2020-2024

“O fruto da justiça semeia-se na paz” (Tiago 3, 18)

1. Introdução: contribuindo para a boa governação

Este documento pretende servir de suporte à reflexão e acção dos agentes da pastoral, em Moçambique, em prol da justiça social e económica nos anos de 2020 a 2024. O mesmo resulta da análise do Plano Quinquenal de Governação (PQG) 2020-2024. Esta é uma contribuição do GRI para a Igreja, para a promoção da boa governação em Moçambique – base essencial para o alcance da paz efectiva, da justiça social e da justiça económica.

A análise centra-se sobre as questões relacionadas com a paz, a justiça social e a justiça económica. Essas questões, que constam do Plano Estratégico da Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP) 2020-2024, são coincidentes com os três objectivos do PQG, a saber: (i) melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das famílias moçambicanas, (ii) reduzir as desigualdades sociais e a pobreza; (iii) criar um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, com forte estímulo na criação do emprego.

Para além dos objectivos do PQG, a análise presta atenção aos chamados sectores económicos e sociais da governação: dívida pública, agricultura, produção alimentar e nutrição, saúde e educação, água e saneamento. A análise destaca as menções e omissões do PQG 2020-2024, alertando para o que espera ao povo moçambicano ao longo dos próximos cinco anos.

Numa altura em que o mundo está a braços com a pandemia do Covid-19, e em Moçambique os casos sobem a cada dia, chamou muita atenção a aprovação de um Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE) 2020 que não apresentam

nenhum plano de contingência à pandemia. Acima de tudo, é escandaloso que o orçamento destinado à saúde em 2020 seja deficitário em 4%.

Em termos de metodologia, sendo o PQG um documento macro e pluri-anual, a análise foi feita procurando aferir se nos documentos operacionais, anuais, nomeadamente no PES e OE 2020 se visualizam ou não as intenções manifestadas no PQG 2020-2024.

2. Análise geral: *objectivos nobres sem acções concretas para sua materialização*

2.1. “Melhorar o bem-estar e a qualidade de vida das famílias moçambicanas” – este é um objectivo tão nobre quanto consensual do ponto de vista de necessidades que afligem ao povo moçambicano. Infelizmente, para além da sua menção, o documento do Governo não apresenta acções concretas a serem desenvolvidas para o alcance daquele objectivo. Seria de esperar que o Plano Económico e Social (PES) e o Orçamento do Estado (OE) de 2020 reflectissem essa orientação política de acções que visem a melhoria da vida da população. Porém, nota-se uma clara priorização da dívida pública contra programas que beneficiam directamente à população, tais como acção social, agricultura e desenvolvimento e saúde. O quadro abaixo mostra a secundarização dos programas sociais.

Quadro 1: Comparação de prioridades entre dívida pública, saúde, agricultura e protecção social

Prioridade governamental	Montante alocado em Mil Meticais
Encargos da Dívida	37.000,00
Saúde	26.716,30
Agricultura e Desenvolvimento Rural	24.889,70
Programas de Protecção Social	5.675,8

Fonte: Adaptado do Fórum de Monitoria do Orçamento, 2020

2.2. “Reduzir as desigualdades sociais e a pobreza”, tal como o objectivo da melhoria do bem-estar do povo moçambicano, este objectivo de reduzir as desigualdades sociais e a pobreza é nobre, consensual e necessário. Mas, será que na prática podemos ver alguma evidência de que tal vai acontecer? Reduzir a pobreza implica aumentar o orçamento que vai directamente para os pobres, aumentar as verbas destinadas à protecção social, por exemplo. Ora, o que se vê

na prática é uma redução em 14% do orçamento da protecção social de 2020, em comparação com 2019.

A questão de fundo na discussão da pobreza e das desigualdades sociais é o modelo económico neoliberal que orienta a governação em Moçambique. Esse modelo económico assente na extracção de recursos naturais (gás natural, carvão mineral, areias pesadas, ouro e pedras preciosas, rubis entre outros) e subsequente exportação sem processamento, sem criação de emprego. O mesmo modelo que secundariza a agricultura e a produção alimentar, ao mesmo tempo que prioriza os grandes investimentos em plantações de monoculturas que geram conflitos de terra com as comunidades locais. Como tem referido o Papa Francisco, este tipo de economia, mata¹. Ou seja, não gera desenvolvimento, pelo contrário gera poucos ricos no meio de milhões de pobres – a tal desigualdade. Podem os efeitos desse modelo económico ser mudados sem alteração do modelo? Entendemos que não!

As desigualdades sociais não vão ser reduzidas com os aumentos salariais dos deputados, aprovação de subsídios de reintegração, na mesma altura em que se decide suspender todas as negociações sobre o salário mínimo nacional.

2.3. “Criar um ambiente de paz, harmonia e tranquilidade, com forte estímulo na criação do emprego.” Este é igualmente um objectivo nobre sobre o qual existe consenso na sociedade moçambicana.

No entanto, a sua abordagem é problemática, pela seguinte razão: a questão da paz ainda é tratada como sendo apenas relacionada com o conflito entre o Governo e a Renamo, excluindo o problema dos ataques em Cabo Delgado, ou ignorando os ataques perpetrados pela auto-proclamada Junta Militar da Renamo na zona centro do país. Ora, reconhecendo que esses três problemas perigam a paz, eles não podem ser a totalidade das ameaças à paz, porque ela tem de ser vista de forma integrada, como problema estrutural da história política do país. A paz tem de ser vista também como resultado dos problemas conjunturais dos processos políticos, sociais e económicos do país. Assim, a paz não pode ser abordada apenas do ponto de vista militar, deixando de lado a paz social – o entendimento entre os moçambicanos de diferentes orientações políticas, sociais e religiosas. Esta dimensão da paz – a paz social – não carece de

¹ Evangelii Gaudium, 54

“acordos de paz”, mas sim de acções concretas que promovam a reconciliação nacional, o respeito mútuo e a sã convivência.

3. Análise específica: sectores sócio-económicos marginalizados

Depois da análise geral feita na secção 2, esta secção faz uma análise dos principais sectores sócio-económicos: agricultura, produção alimentar e nutrição, saúde e educação, água e saneamento.

3.1. Agricultura, produção alimentar e nutrição: as necessidades sempre esquecidas

A importância da Agricultura referida na Constituição da República (CRM), Número 1 do Art. 108: “A agricultura é base do desenvolvimento nacional”; e Número 2: “O Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo e o progresso económico e social do país” - não se verifica na alocação orçamental. Na realidade, verifica-se um contínuo decréscimo da produtividade agrícola conforme se mostra no quadro a seguir.

Quadro 2: Contínuo decréscimo da produtividade agrícola

Agricultura

Culturas	Comparação do Plano 2020 com o real em 2019				
	% de Crescimento			% Total Planeado	
	2019			2020	
	Área (ha)	Prod (ton)	Ton/hectare	Da área	Da produção
Milho	0.5%	3.0%	2.5%	32.6%	9.8%
Mapira	6.5%	3.7%	-2.7%	6.9%	1.3%
Mexoeira	1.6%	2.7%	1.1%	1.2%	0.2%
Arroz	21.0%	2.3%	-15.4%	6.1%	1.7%
Trigo	-46.7%	-7.7%	73.1%	0.2%	0.1%
TOTAL CEREAIS	3.3%	2.9%	-0.4%	46.9%	13.0%
Feijões	4.9%	2.7%	-2.1%	16.6%	2.4%
Amendoim	5.1%	6.4%	1.3%	11.5%	1.8%
TOTAL LEGUMINOSAS	4.9%	4.2%	-0.7%	28.1%	4.1%
Mandioca	-9.0%	2.0%	12.1%	20.3%	70.9%
Batata doce	5.2%	2.0%	-3.0%	4.7%	11.9%
TOTAL raízes e tubérculos	-6.6%	2.0%	9.2%	25.0%	82.8%
TOTAL TODAS AS CULTURAS				100%	100%

Cálculos usando dados do Quadro 4/PES 2020/Parágrafo 58.0.29

Os dados do quadro 2 mostram que, efectivamente, com excepção do milho, não se esperam aumentos substanciais de rendimentos por hectare e, no caso de alguns dos principais cereais (por exemplo, arroz), até se espera uma diminuição de rendimentos por hectare, sendo que o crescimento, claramente limitado da produção, dá-se mais em virtude do aumento de áreas.

Esta situação resulta em três factos, todos eles contrários ao desenvolvimento da agricultura e da produção alimentar: (i) as intervenções planeadas para a agricultura não irão potenciar os efeitos tecnológicos desejados sendo, por isso, que não terão o efeito de produtividade desejado; (ii) o desempenho esperado do sector significa que a produção agrária por habitante continuará a diminuir em Moçambique impactando cada vez mais no estado nutricional da população, sobretudo das crianças com menos de cinco anos de idade; (iii) a contínua secundarização da agricultura é um sinal de que ao povo moçambicano não esperam dias melhores no combate à desnutrição crónica e à insegurança alimentar.

3.2. Indústria extractiva: a prioridade sobre todos os sectores

Apesar da recessão económica resultante da incerteza e do drama social criado pela pandemia do Covid-19, o sector da extracção de minérios (carvão, grafite, rubis, areias pesadas, gás natural e pedras preciosas) ainda é apresentado como a verdadeira base do desenvolvimento económico de Moçambique. Porém, toda a planificação do Governo ignora os problemas sociais, ambientais e de segurança gerados pela indústria extractiva ou a eles associados. O país não pode continuar a enveredar pelo extractivismo.

A indústria extractiva, sabe-se, vive em conflitualidade com outras actividades económicas como o turismo e a pesca (concessões mineiras na costa junto de praias e zonas de maior concentração de pescado como Moma, Larde, Angoche, Pebane, Chinde, Vilanculos) e a agricultura (concessões mineiras em terras férteis e uso da água dos rios para o processamento de minérios – a mesma água de que dependem os camponeses).

3.3. Saúde e protecção social: os parentes pobres do orçamento

Estando o país e o mundo numa situação calamitosa com o Covid-19, era expectável que o sector da saúde fosse a prioridade das prioridades em 2020. No entanto, contra todas as expectativas, a proposta de alocação orçamental ao sector da saúde representa uma

queda nominal de 5% e uma redução real de 11% em comparação com o orçamento de 2019.

O orçamento para a Protecção Social reduziu em 7% em termos nominais e 14% em termos reais em comparação a 2019. Enquanto isso, a despesa com os Programas de Protecção Social do Instituto Nacional de Acção Social (INAS) continua igual a de 2019 – uma demonstração clara de ausência de vontade real de melhorar a precária condição de vida em que se encontram milhões de moçambicanos que dependem dos serviços da Acção Social para a sua sobrevivência.

3.4. Educação: ignorando o problema da qualidade

O sector da educação enfrenta sérios problemas de qualidade. A expansão dos serviços de educação dos últimos 20 anos foi feita à custa da qualidade do ensino. Actualmente, lamenta-se a existência de graduados universitários sem as devidas competências de leitura, análise e interpretação da realidade. Ou ainda, a existência de alunos que terminam o ensino básico com deficiências de leitura, escrita e cálculos.

Ainda assim, a aposta do Governo no sector da educação continua a ser a componente de infra-estruturas de educação, embora de forma limitada e insuficiente. O PES 2020 promete a construção de 1.355 salas de aula para o ensino primário; e concluir a construção de 200 salas de aula (20 escolas) para o ensino secundário. Ora, no PQG 2020-2024, a meta das infra-estruturas para o ensino secundário é de 200 escolas – sem indicação de quantas salas de aula.

Portanto, para além de não abordar a questão da qualidade do ensino, com uma meta de 200 escolas para o quinquénio, a proposta de construção de apenas 20 escolas em 2020 está desalinhada com a meta. Porque a esse ritmo, até ao fim do quinquénio apenas poderão ter sido construídas 100 escolas – metade da meta prevista no PQG.

3.5. Água e saneamento: zonas rurais esquecidas

No sector de água, o PES 2020 apresenta como meta o estabelecimento de 22.815 novas ligações domiciliárias de água nas cidades e vilas, sem no entanto, apresentar um plano de subsídio na provisão desses serviços de fornecimento de água e electricidade. É

conhecido o fraco poder de compra de mais de 70% da população moçambicana, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2019).

Outrossim, o maior problema no sector da água e saneamento está nas zonas rurais, fora das capitais distritais e das localidades. Porém, o PQG 2020-2024 simplesmente ignora esse problema, tratando a questão da água e saneamento como se fosse um problema que afecta somente a população das cidades.

As metas do PES de 2020 no sector de água e saneamento alargam o tempo necessário para que a intervenção do Estado no sector faça a diferença necessária. Num cenário de crescimento populacional, quanto mais lenta for a intervenção, maior é o atraso na correcção dos problemas identificados, o que certamente tem implicações na materialização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

4. Conclusão: *em prol da paz, da justiça social e económica*

O PQG 2020-2024 prioriza a dívida pública em detrimento da protecção social, da saúde, e do abastecimento de água potável. O orçamento do Estado de 2020 dá primazia aos benefícios dos deputados contra a população trabalhadora ou desempregada.

Num contexto de pandemia do Covid-19, o Governo dá-se ao luxo de aprovar um orçamento da saúde deficitário, enquanto os políticos e os dirigentes terão aumento dos seus salários e das suas regalias. No mesmo contexto, são suspensas todas as negociações do salário mínimo nacional que beneficiariam os trabalhadores que dele dependem.

A ausência de paz efectiva no país, a persistência da fome e da desnutrição crónica, o contínuo aumento do desemprego, a degradação dos serviços de saúde e educação, a recorrente falta de água potável são problemas de injustiça social e económica que afectam a toda a população independentemente da sua cor partidária. Por isso, as abordagens maniqueístas apresentadas ao povo pelos partidos políticos devem ser denunciadas. Em tempos eleitorais, os políticos fazem esforço de convencer a população a digladiar-se em nome dos partidos, mas em tempos de dificuldades, a população sofre na mesma proporção, enquanto os políticos se unem na defesa dos seus interesses económicos e financeiros: salários, regalias, subsídios, viaturas.

Em linha com a *Laudato Si*, do Papa Francisco, a Igreja em Moçambique deve pugnar por um desenvolvimento integral, centrado na pessoa humana e nas comunidades, nas relações de respeito e amizade civil entre elas, e delas com tudo o que lhes rodeia (“Ecologia integral”). Em suma, a defesa do respeito e cuidado de todos os seres vivos e do ambiente no qual estes se inter-relacionam.

Assim, a primeira aposta da Igreja deve ser uma aposta na componente da educação, formação e informação, porque como diz a Sagrada Escritura (Oséias 4,6): “o meu povo sofre por falta de conhecimento.”

A aposta na educação, formação e informação deve ser com base numa abordagem holística dos problemas. Só assim, o povo moçambicano compreenderá que no modelo económico neoliberal, a classe política – independentemente dos partidos a que pertença – luta pela erosão dos direitos e benefícios das comunidades, dos trabalhadores, das pequenas e médias empresas a favor deles próprios (os políticos), ou a favor do grande capital, das multinacionais e da finança internacional.

Não é arbitrária a abordagem da paz limitada a “acordos de paz”, ignorando a paz social? Os políticos sabem que com paz social, os cidadãos reforçam o seu poder e organização, e colocarão os interesses do povo acima dos interesses de qualquer partido político. E isso é indesejável a qualquer partido político, porque compromete os seus interesses de grupo. A cidadania, a boa governação, a justiça social e económica devem ser defendidas pela Igreja através da sua Doutrina Social. Como ensina o Papa Bento XVI “*a Igreja não é e não pretende ser um agente político. Ao mesmo tempo, tem um profundo interesse no bem da comunidade política, cuja alma é a justiça.*”²

A formação e informação da sociedade assente nos ditames da Doutrina Social da Igreja permitirá que os políticos saídos dela possam *Cuidar da Casa Comum* (Laudato Si). Acima de tudo, em comunhão com o Papa Francisco e com os ensinamentos da Igreja, essa formação incentivará aos cristãos católicos a participarem da política, para dessa forma, serem “sal da terra e luz do mundo” (Mt. 4, 13-14).

GRI
19 Abril de 2020

² Discurso aos participantes do IV Congresso Eclesial Nacional, Verona, 19 de Outubro de 2006